

## TERMO DE REFERÊNCIA

**OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO  
DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA FINS  
PUBLICITÁRIOS EM DIVERSAS  
RUAS E AVENIDAS, MEDIANTE A  
INSTALAÇÃO DE PLACAS  
INDICATIVAS DE LOGRADOUROS  
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.**

### 1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente processo a contratação de empresa interessada no serviço de fixação de placas indicativas de logradouros, com exploração publicitária comercial, para sinalizar vias públicas, **em toda extensão do município** buscando maior facilidade de localização à população, bem como para ambulâncias, correios e demais serviços públicos.

### 2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - A contratação se justifica em função da necessidade de substituição e ampliação do quantitativo de placas indicativas de logradouros do município de Rio Grande.

2.2 - O Presente Termo tem por finalidade orientar a execução dos serviços, fixando métodos construtivos a serem empregados.

2.3 - O licitante participante do certame, ao apresentar a proposta, esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das especificações apresentadas, e que está ciente de que as especificações prevalecem

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



sobre os projetos, sobre tudo deverá realizar uma visita prévia de inspeção e confirmar todos os serviços que deverão ser realizados.

2.3.1 - Caberá a executante um exame detalhado do local de serviços, verificando todas as condições e dificuldades para a execução dos mesmos.

2.4 - Os serviços consistem obrigatoriamente em seguir as especificações deste termo e seus anexos, bem como estar de acordo com as boas práticas de construção e normas brasileiras.

2.4.1 - Todos os materiais e sua aplicação ou instalação devem obedecer ao disposto nas normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), aplicáveis, ou em outras, específicas para cada uso.

### **3 - LOCAL DOS SERVIÇOS**

3.1 – Os pontos onde serão implantados os conjuntos de placas indicativas deverão obedecer exclusivamente às necessidades do Permitente.

3.2 - As novas placas serão instaladas em todas as esquinas do município do Rio Grande, a serem definidas pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos.

3.2.1. – Os equipamentos atualmente existentes a serem substituídos, deverão ser depositados pela permissionária em local a ser indicado pelo município.

3.3 - A empresa executora dos serviços será responsável pelo fornecimento do material necessário para a mobilização, manutenção e desmobilização do local dos serviços.

3.4 – A contratada deverá zelar pela qualidade dos materiais e pelo controle do cronograma.

### **4 - DEFINIÇÕES DOS SERVIÇOS**

4.1 - Todos os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto e as especificações descritas a seguir, e havendo necessidade de alguma alteração, as mesmas deverão ser aprovadas pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



4.1.1 - A empresa deverá apresentar ART ou RRT de execução de serviços paga e assinada pelo responsável técnico da empresa, sendo que na ART ou RRT emitida deverá constar como contratante dos serviços a Prefeitura Municipal do Rio Grande.

4.2 - A empresa vencedora deverá fornecer e instalar conjuntos de postes e placas indicativas de logradouros com indicação de (avenidas/ruas, CEP/números conforme descrito em anexo, bem como sua manutenção, limpeza, pintura restaurativa, substituição quando se fizer necessário e divulgação de publicidade institucional do Município, sem ônus à Administração Pública.

4.3 - Da apresentação dos conjuntos

4.3.1 – Os modelos dos conjuntos deverão ser apresentados para a Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos objetivando a avaliação técnica do produto em conformidade com o solicitado. A aprovação ou rejeição do mesmo será definida e comunicada por escrito no prazo de até 48 horas.

4.3.1.1 - Quando aprovado: A contratada receberá a liberação/aprovação para dar continuidade à execução do serviço, conforme prazo definido, neste termo.

4.3.1.2 - Quando rejeitado: Após a notificação da rejeição dos conjuntos apresentados, a contratada terá o prazo de cinco dias para a apresentação de novo produto com as correções sugeridas por técnicos da Administração Pública Municipal. Após o prazo designado neste item, caso o licitante vencedor não providencie a regularização, estará sujeita a multa mensal de 10% (dez por cento) do valor total da contratações publicitárias angariadas, e poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato após 03 (três) meses sem tomar as providências solicitadas, com vistas ao atendimento dos padrões de qualidade e instalação exigidos.



#### 4.4 - Quantitativo

4.4.1 - A quantidade de conjuntos de postes e placas indicativas de logradouros a ser fornecida e instalada pela empresa vencedora será, no mínimo, de 2.000 (duas mil) unidades, conforme prazo descrito abaixo.

Obs.: Entende-se conjunto cada ponto que será composto por um poste de fixação (aço ou madeira) e de duas placas indicativas (face dupla) com o devido sistema de fixação, conforme memorial.

#### 5 - PRAZOS

##### 5.1 - Prazos para execução de fixação

5.1.1 - O prazo máximo para execução de fixação das placas será de 60 (sessenta) meses, conforme quadro apresentado a seguir, contados da assinatura da ordem de início dos serviços.

5.1.2 - A execução e instalação dos conjuntos deverão obedecer, necessariamente, o disposto no memorial descritivo.

Prazos para execução das instalações
a) 30% (cinquenta por cento) no primeiro ano de contrato;
b) 30% (quarenta por cento) no segundo ano de contrato;
c) 15% (quinze por cento) no terceiro ano de contrato;
d) 15% (quinze por cento) no quarto ano de contrato;
e) 10% (dez por cento) no quinto ano de contrato;



## 5.2 - Prazo total da outorga

5.2.1 - O prazo total da outorga de permissão de uso será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços emitida pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos.

## 5.3 - Prazos dos Contratos de Veiculação Publicitária

5.3.1 - Os prazos dos contratos de veiculação publicitária firmados com os anunciantes devem estar circunscritos ao prazo de vigência do contrato de permissão com o município.

## 5.4 - Prazos de substituição, reparo ou manutenção

5.4.1 – Em caso de substituição, reparo ou manutenção solicitado pela municipalidade a empresa terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para executá-lo. Tal solicitação não isenta nem exclui a contratada de sua integral responsabilidade com a manutenção e conservação das placas, independente do requerido pela municipalidade.

Parágrafo único: Ao término do contrato os conjuntos serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município, sem quaisquer direitos de eventuais indenizações e ônus para o município do Rio Grande.

## 6 - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

6.1 - A remuneração pelos serviços a serem executados será exclusivamente por meio de exploração publicitária comercial nos espaços definidos nas peças do mobiliário urbano, conforme especificações do presente termo e seus anexos.

## 7 - ESPAÇO PUBLICITÁRIO

7.1 - A quantidade de espaço publicitário a ser utilizado pelo licitante vencedor será de 95% (noventa e cinco por cento) das unidades efetivamente implantadas, os outros 05% (cinco por cento) poderão ser destinados a publicidade institucional

do Município, podendo este se utilizar de quaisquer locais, de acordo com a sua estratégia publicitária que poderá ser revista a cada 03 (três) meses.

7.1.1 - A permissão de uso somente se refere ao espaço nos conjuntos poste reservado para publicidade, com as devidas especificações.

#### 7.2 - Locações do espaço publicitário

7.2.1 - Será de exclusiva responsabilidade da permissionária a locação de espaços nas peças instaladas, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades por indenização aos anunciantes, à permissionária ou a terceiros, em caso de extinção da permissão.

7.2.2 - É de responsabilidade da permissionária o conteúdo de toda peça publicitária divulgada, de modo que cumpra rigorosamente a legislação vigente, ficando exclusivamente sujeita às penalidades cabíveis nos casos de infração.

Parágrafo único: Fica vedada a exploração publicitária qualquer matéria que atenta contra os bons costumes, assim como a moral, de pessoas e instituições, de conteúdo político-partidário, além de não ser tolerada qualquer infração à Lei.

### 8 - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Não obstante a permissionária ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao permitente é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por fiscais designados, podendo para isso:

8.1.1 - Impugnar, por meio dos agentes fiscalizadores da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, os serviços que infringirem as condições estabelecidas no edital e seus anexos, obrigando-se a contratada a acatar e cumprir as exigências que lhe forem feitas. No presente caso, os agentes fiscalizadores deverão justificar plenamente toda e qualquer medida dessa natureza, para que a contratada



possa tomar providências que se fizerem necessárias, para regularização dos serviços que venham a ser impugnados.

#### **9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das demais disposições contidas neste Termo de Referência, a Contratada estará sujeita às seguintes obrigações:

9.1 – Prestar informações expressas ou verbais da gestão do serviço, quando solicitado pela municipalidade;

9.2 - Submeter-se à fiscalização da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos – SMCSU, a fim de atender aos pedidos do fiscalizador, de fornecimentos de informações e dados sobre os serviços, com os detalhes estipulados e dentro dos prazos fixados;

9.3 - A permissionária deverá reformar e recuperar as calçadas e o jardim eventualmente danificados na execução dos serviços ao final do mesmo;

9.4 - Todas as despesas para a execução dos serviços de confecção e instalação dos conjuntos, tanto de material como de mão de obra, são de responsabilidade da empresa vencedora, inclusive as despesas com todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção - EPIs e EPCs - e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o Permitente;

9.5 - A contratada será obrigada a observar e respeitar todas as exigências de Leis, Normas e Regulamentos Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com veículos e equipamentos, as normas administrativas e técnicas de segurança vigentes, prestando seus trabalhos rigorosamente de acordo com tais exigências.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



9.7 - Obrigar-se-á ainda, a cumprir quaisquer instruções nesse sentido que venham a ser expedidas pelos agentes fiscalizadores credenciados pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos.

#### **10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 - Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, aplicando as devidas notificações e/ou multas quando da inobservância das normas contratuais, inclusive com o recebimento e apuração de queixas da população, decorrentes da operação do serviço;

10.2 - Prestar as informações solicitadas pela Contratada para o bom andamento dos serviços;

10.3 – Autorizar, quando necessário, interrupção parcial ou total do trânsito objetivando dinamizar a instalação dos conjuntos.

#### **11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES**

11.1 - A responsabilidade civil, administrativa e penal por danos à saúde, à segurança pública e ao meio ambiente, resultante de qualquer tipo de acidente ocorrido em virtude da realização dos serviços objeto do presente termo, bem como da sua manutenção, será atribuível exclusivamente à contratada, que ficará obrigada ao pagamento de todos os prejuízos havidos pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, bem como de quaisquer indenizações, multas, obrigações de fazer ou não fazer, que venham a ser pleiteadas ou impostas em virtude do eventual acidente que venha a ocorrer.

11.2 - A contratada será responsável, por qualquer erro ou serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, e consequentemente pagamento dos danos e prejuízos que por si ou seus prepostos, vier a causar à Prefeitura Municipal do Rio Grande, ficando sujeita em consequência de ações movidas por esta ou terceiros prejudicados, até a sentença final e sua execução.



## 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A permissionária obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas nas condições de habilidade e qualificação exigidas neste termo;

12.2 - A permitente poderá exigir a qualquer momento comprovação do cumprimento dessas obrigações de habilitação e qualificação exigidas neste termo;

12.3 – Os serviços especificados devem ser executados empregando-se materiais de 1ª qualidade, mão de obra especializada, ferramentas e equipamentos apropriados;

12.4 – Todos os materiais deverão obter aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO;

12.5 – Serão de competência e responsabilidade da FISCALIZAÇÃO decidir os casos omissos nas especificações do projeto;

12.6 - Os locais dos serviços deverão ser entregues limpos e em perfeito estado. Entulhos, ferramentas e sobras de materiais serão totalmente removidos do local, ficando o local em perfeitas condições de funcionamento e segurança;

14.2 - Mesmo depois de entregue os serviços, a empresa será responsável pela garantia dos serviços executados.

14.3 - As propostas deverão contemplar mão de obra e encargos.

Rio Grande, 11 de setembro de 2019.



Dirceu Silva Lopes  
Secretário - SMCSU